



CÓPIA

47

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**Promotoria de Justiça de Defesa do Meio  
Ambiente, Habitação e Urbanismo de Divinópolis**

**TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

Aos 05 dias do mês de fevereiro de 2007, neste Município de Divinópolis, de um lado o Promotor de Justiça Dr. Márcio José de Oliveira, pelo Ministério Público do Estado e Minas Gerais, neste ato denominado COMPROMITENTE, e, de outro, a empresa GERDAU AÇOS LONGOS S.A., com estabelecimento industrial na Av. Gabriel Passos, 102, bairro Porto Velho, aqui representada pelo Dr. Lafontaine Leão Silveira, advogado, OAB-MG nº 48.186, Hermenio Pinto Gonçalves, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, Carteira de Identidade nº 0052878857 – IFP/RJ, e Jandir Carlos Dutra de Faria, brasileiro, casado, economista, Carteira de Identidade nº 56987 – CRE, residente em Belo Horizonte, Rua Des. Jorge Fontana, 250/1204, bloco 2, CEP: 30320-670, neste ato denominado COMPROMISSÁRIO, também presentes a esta audiência: Dr. Luiz Guilherme Beraldo, Dr. Humberto Pozzolini, Secretário Municipal do Meio Ambiental, Vereador Juliano do Pio e membros da comunidade, celebram o presente COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA, observando-se o seguinte:

**I- DOS FATOS**

Tendo em vista o que restou investigado nos autos do Inquérito Civil nº 19/04 e, considerando toda a documentação e perícias realizadas nos autos da Ação Civil Pública em curso nesta Comarca (processo nº 223.03.108.468-2, perante a 1ª Vara Cível), resolvem as partes, a fim de dar cabo ao procedimento IC19/04 e ação judicial mencionados, assinar o presente acordo, que reger-se-á pelas seguintes cláusulas:



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### II- DAS OBRIGAÇÕES

1) A Compromissária admite que a fiscalização do cumprimento da legislação ambiental seja feita pelo engenheiro Dr. Luiz Guilherme Beraldo, CREA 35.551/D-SP, da Fundação Gorceix, o qual verificará se as normas legais vêm sendo cumpridas, pelo prazo de 2 anos, devendo a compromissária, custear os honorários periciais mediante pagamento mensal líquido, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), a ser depositado na conta 52.777-5, agência 099, da Caixa Econômica Federal, até o dia 5 (cinco) de cada mês, a iniciar-se no mês de março de 2007, mediante apresentação de RECIBO DE PAGAMENTO A AUTÔNOMO, R.P.A., respeitada a antecedência de 10 dias, juntamente com a indispensável comprovação de inscrição nos órgãos públicos competentes, sendo que o pagamento relativo às últimas vistorias realizadas no mês de junho e setembro de 2006, no valor total de R\$10.000,00 (dez mil reais), líquidos, serão pagas no prazo de 10 (dez) dias após recebimento do RPA e documentos correlatos na empresa.

Parágrafo único — as obrigações acima mencionadas serão cumpridas de acordo com cronograma a ser definido pelo Dr. Luiz Guilherme Beraldo, em comum acordo com representantes da Compromissária, devendo respeitar e cumprir, em suas áreas internas, todas as normas de segurança e patrimonial, especialmente no tocante ao sigilo industrial, que exige prévia autorização para filmagens ou fotografias dos processos industriais.

2) A compromissária se obriga a implementar, no prazo de 180 dias, moderna rede de monitoramento da qualidade do ar, a ser implantada nos locais atualmente existentes, Bairros Antônio Fonseca, Porto Velho e Interlagos, mediante contratação da instalação de 2 novos Equipamentos PM-10, mantendo o já existente e substituindo os 2 aparelhos PTS-HIVOL, para monitoramento de atmosfera (partículas inaláveis), em intervalos de 3 dias, disponibilizando e enviando os dados e relatórios obtidos, no mês subsequente, para o órgão ambiental Estadual competente FEAM-MG.



48  
d

## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Parágrafo único — a compromissária admite que o monitoramento do ar seja disponibilizado e compartilhado com técnicos da Prefeitura Municipal e da Agenda 21, a serem indicados previamente.

3) A compromissária se propõe a implantar modernas técnicas de controle ambiental atmosférico e hídrico, a seguir apresentadas:

3.1 - Novo Sistema de Alívio da Despressurização nos Altos-Fornos; conclusão: dezembro/2007;

3.2 - Novo Sistema de Lavagem dos Gases provenientes das Equalizações dos Altos-Fornos; conclusão: outubro/2008;

3.3 - Substituição do Sistema de Lavagem de Gás do Alto-forno 2; conclusão: novembro 2007;

3.4 - Novo Sistema de Inertização dos Altos-fornos; conclusão: outubro/2007;

3.5 - Novo Clarificador de águas pluviais da Aciaria : conclusão: maio/2008;

4) A compromissária se compromete a desenvolver suas atividades industriais, com total respeito à legislação ambiental vigente, envidando esforços e técnicas no sentido de atingir índices inferiores àqueles permitidos na legislação, visando a preservação da atmosfera, recursos hídricos e solo.

A título de compensação ambiental pleiteada, desde o mês de janeiro do ano de 1.981 até o dia de hoje, data da assinatura do presente Termo a compromissária se compromete a promover as seguintes medidas (descritas nos itens 5 a 8):

5) a) Adquirir os seguintes imóveis (a preço de mercado), situados no entorno da empresa, nas ruas Mateus Leme, João Dias, Luiz Rabelo e Carmo da Mata, pertencentes às Quadras de nº 04 e 05 do Plano de Urbanização da Vila Progresso, observadas as condições abaixo estabelecidas. Os imóveis a serem adquiridos por quadra serão:



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Quadra nº 04: imóveis 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13

Quadra nº05: imóveis 6, 7, 8, 9, 10 11, 12, 13, 14 e 15 (ressalvado o lote nº 15)

a.1) A compromissária se obriga a ceder à Prefeitura de Divinópolis uma faixa de 12 metros para relocação da Rua Mateus Leme, indispensável ao adensamento e expansão da área verde no local, conforme previsto no item "b" abaixo, devendo ser notificado o Município de Divinópolis para comparecer e aprovar a relocação pretendida, sem o que fica prejudicado o adensamento do cinturão verde.

a. 2) A compra dos imóveis estará sujeita à aceitação dos proprietários, que poderão indicar corretor de sua confiança para proceder à avaliação do bem, facultando-se à compromissária igual procedimento. Em caso de impasse, o Ministério Público poderá indicar terceira pessoa (profissional devidamente habilitado junto ao CRECI, para resolver a pendência, fixando-se preço nem inferior à menor avaliação, nem superior à maior avaliação, sendo certo que não poderá ser levado em conta, para efeito de depreciação do valor do bem, as trincas existentes nos imóveis e danos que não os causados pelo regular uso do bem.

b) fica estipulado um prazo de 60 (sessenta) dias para que proprietários e compromissária cheguem a um acordo acerca do preço dos imóveis; Fica, desde já, designado para o dia 05 de abril de 2007, às 13:30 horas, uma reunião nesta Promotoria para verificação dos ajustes entre as partes no que concerne aos preços dos bens. A compromissária se obriga a promover o pagamento integral do preço acordado, devendo o pagamento ser feito no ato da assinatura da escritura. A compromissária concede aos donos dos imóveis um prazo de 120 (cento e vinte) dias para sua desocupação, contados a partir da data da assinatura da escritura, facultando aos mesmos que retirem o material utilizado na construção do imóvel, às suas expensas, dentro daquele prazo.

c) A compromissária se obriga a utilizar a área adquirida (de acordo com letra "a") para adensamento do cinturão verde, ~~"exceto a faixa cedida para relocação da nova Rua Mateus Leme"~~, sem o que fica prejudicado o adensamento do cinturão verde.



49

## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

d) em caso de recusa de venda de algum imóvel, tal fato não prejudicará a aquisição dos demais imóveis. Contudo, o **adensamento** do cinturão verde somente será exigido se for possível efetuar-lo sem prejuízo dos imóveis remanescente e dos bens da empresa.

6) A Compromissária se obriga a promover uma reforma geral no Centro Social Urbano - CSU, localizado em frente à portaria da empresa, no prazo de um ano a contar da aprovação dos projetos, buscando a recuperação das instalações, mantendo a funcionalidade atual e as áreas verdes existentes.

Parágrafo único - A Compromissária se compromete a apresentar os projetos arquitetônicos e paisagísticos, ao Ministério Público, Curadoria de Defesa do Meio Ambiente da Comarca de Divinópolis e Prefeitura de Divinópolis, para discussão, avaliação e aprovação, não implicando a não aprovação, pelos referidos órgãos, em inadimplemento da Compromissária.

7) A Compromissária se obriga a promover a revitalização e recuperação da Praça da Av. Brigadeiro Cabral entre a Rua Candidês e a Avenida Antônio Fonseca Filho, no prazo de 01 (um) ano a contar da aprovação dos projetos.

Parágrafo único. A Compromissária se compromete a apresentar os projetos arquitetônicos e paisagísticos ao Ministério Público, Curadoria de Defesa do Meio Ambiente da Comarca de Divinópolis e Prefeitura, para discussão, avaliação e aprovação, não implicando a não aprovação, pelos referidos órgãos, em inadimplemento da Compromissária.

8) A Compromissária se obriga a promover a revitalização e recuperação da Praça existente ao lado do Centro Municipal de Educação Infantil, no bairro Nossa Senhora das Graças, no prazo de 01 (um) ano a contar da aprovação dos projetos.

Parágrafo Único. a compromissária se compromete a apresentar os projetos arquitetônicos e paisagísticos ao Ministério Público, Curadoria de Defesa do Meio Ambiente da Comarca de Divinópolis e Prefeitura, para discussão, avaliação e

*[Handwritten signatures and stamps at the bottom of the page]*





## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

aprovação, não implicando a não aprovação, pelos referidos órgãos, em inadimplemento da Compromissária.

9) A compromissária se compromete a fazer uso da máquina de nome "rompedor hidráulico", somente em áreas internas da empresa, em local adequado e providenciando para que os decibéis gerados pelo equipamento não ultrapassem o limite permitido em lei, nas áreas externas à empresa.

10) A Compromissária se compromete a promover o adensamento do Cinturão Verde já existente nas áreas de preservação permanente, às margens do Rio Itapecerica, Córrego Milho Verde e Córrego Neném, dentro dos terrenos de sua propriedade, no prazo de dois anos, com o plantio de árvores nativas da região e de acordo com projeto a ser submetido à aprovação do IEF — Instituto Estadual de Florestas-MG, não implicando a não aprovação, em inadimplemento da Compromissária, devendo constar do referido projeto, os seguintes requisitos:

- a) preenchimento das eventuais lacunas no local com essências nativas regionais, preferencialmente mudas oriundas de matrizes locais a serem obtidas junto ao IEF;
- b) sem retirada de qualquer exemplar já existente;
- c) observar o plantio com espaçamento máximo de 3(três) metros entre as mudas;
- d) tratamentos culturais a serem aplicados;
- e) recomposição das mudas que morrerem, bem como daquelas que apresentarem pouco desenvolvimento vegetativo;
- f) cronograma de execução;
- g) elaborado por profissionais devidamente habilitados junto ao órgão de classe competente;
- h) respeitados os limites da propriedade da Compromissária;

11) A empresa se compromete a manter a varrição manual em todos os passeios externos de seus limites com as ruas e avenidas locais, até 3 vezes por semana, observadas as peculiaridades relativas às estações do ano.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

12) O compromitente se obriga a, no prazo de 60 (sessenta) dias, promover a revitalização do cinturão verde que confronta com a Rua Rosewald Hudson de Oliveira, no bairro Interlagos, de acordo com orientação do IEF (Instituto Estadual de Florestas), de forma a impedir que as árvores caiam sobre os imóveis vizinhos, devendo, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a obtenção da autorização legal, a promover o corte das árvores que estejam comprometidas.

13) Compromitente e Compromissário concordam em requerer ao MM. Juiz da 1ª Vara Cível desta Comarca, através deste TAC, a homologação do presente acordo, assim como a suspensão da Ação Civil Pública acima mencionada até integral cumprimento do avençado, ficando a cargo da Compromissária o pagamento das custas processuais, respondendo cada parte por seus respectivos honorários profissionais, extinguindo-se a Ação nos termos do Art. 269-III do CPC.

Parágrafo Único: o **Compromitente** oficiará o Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça solicitando a suspensão do inquérito civil nº19/04, até integral cumprimento do termo de ajustamento de conduta, encerrando-se a transação para os fins da Lei 9.099/95 quando então promoverá o arquivamento do mesmo junto ao egrégio Conselho Superior do Ministério Público.

14) O Compromitente poderá fiscalizar a execução do presente acordo, a qualquer tempo, através do profissional indicado na Cláusula 1ª, tomando as providências legais cabíveis, ou poderá cometer a respectiva fiscalização à Fundação Estadual do Meio Ambiente, Fundação Gorceix, Polícia do Meio Ambiente ou outro órgão que vier a indicar, mediante prévia comunicação à COMPROMISSÁRIA e consequente revisão acerca do pagamento previsto na Cláusula 1ª.

15) O presente ajustamento de conduta obriga, **em todos os termos**, a Companhia e seus sucessores, **bem como os novos proprietários** da empresa compromissária, em





